

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – 42ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
 - 1.2 – Reuniões de Comissões
- 2 – MATÉRIA VOTADA**
 - 2.1 – Plenário
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE**
- 6 – TRANSCRIÇÕES**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 8 – ERRATA**



ATAS

ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/5/2017

Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.318 a 4.321 e 4.323/2017 – Requerimentos nºs 7.194 a 7.202, 7.205 a 7.209, 7.211 e 7.212/2017 – Requerimento Ordinário nº 2.823/2017 – Proposições Não Recebidas: Requerimento nº 7.203/2017 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Educação e de Saúde e do deputado Bosco – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Designação de Comissões: Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2017 – Palavras do Presidente – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário nº 2.823/2017; deferimento – Questão de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Rogério Correia) – Às 14h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.318/2017

Dispõe sobre os recursos oriundos do encontro de contas entre o Estado de Minas Gerais e a União.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os recursos financeiros recebidos pelo Estado de Minas Gerais decorrentes do encontro de contas com a União, deverão ser compartilhados com os municípios em observação ao artigo 158, inciso IV da Constituição Federal.

Art. 2º – Os critérios para a redistribuição dos valores com os municípios deverão obedecer ao disposto na Lei Complementar Federal nº 63 de 1990 e na Lei Estadual nº 18.030 de 2009, que regem o ICMS.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de maio de 2017.

Deputado Lafayette de Andrada – PSD

1º-Vice-Presidente

Justificação: A Lei Complementar nº 87 de 1996, conhecida como "Lei Kandir" e, posteriormente, a Emenda Constitucional nº 42 de 2003, isentaram o recolhimento de ICMS dos produtos não manufaturados, as *commodities*, destinados à exportação. Desta forma causou-se perdas volumosas na arrecadação de tributos dos Estados, posto que, a compensação proposta pela União no intuito de mitigar os prejuízos da lei não foi realizada a contento.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal - STF reconheceu, em julgamento, a existência do débito da União perante os Estados por consequência da perda de arrecadação motivada pela citada "Lei Kandir" e Emenda Constitucional nº 42/2003. O STF fixou o prazo de um ano para que o Congresso Nacional cumpra o disposto no Art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e edite norma destinada a regulamentar a compensação financeira devida pela União aos Estados. Determinou também que, transcorrido o prazo citado, caso o Congresso não se manifeste, deverá o Tribunal de Contas da União fixar o valor do montante total a ser transferido aos Estados e ao Distrito Federal e calcular o valor das quotas a que cada unidade da federação fará jus.

Nesse sentido, a Assembleia de Minas instituiu Comissão Especial com o objetivo de detalhar os valores relativos ao Encontro de Contas entre Minas Gerais e a União. Estima-se que, desde a promulgação da "Lei Kandir", Minas Gerais tenha deixado de arrecadar cerca de R\$ 135 bilhões de reais, valor bastante superior à dívida que o estado tem com a União, que é da ordem de R\$ 88 bilhões. Isto posto, o estado deixa sua condição de devedor e passa a figurar como credor da União.

É sabido que da receita auferida pelo Estado com o ICMS, 25% é compartilhado com os municípios, respeitando o artigo 158, inciso IV da Constituição Federal e os parâmetros da Lei Complementar nº 63/1990 e da Lei Estadual nº 18.030/2009.

O objetivo do presente projeto de lei é garantir que quando a compensação financeira pretendida por Minas Gerais for efetivada, sejam os recursos apurados compartilhados com os municípios respeitando os critérios estabelecidos em lei.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.319/2017

Declara de utilidade pública a Associação Missão Marta e Maria , com sede no Município de Formiga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Missão Marta e Maria , com sede no Município de Formiga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2017.

Deputado Gustavo Valadares – PSDB

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.320/2017

Declara de utilidade pública a Associação de Diaconia da Pessoa Idosa com sede no Município de Contagem - MG.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Diaconia da Pessoa Idosa com sede no Município de Contagem - MG

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de maio de 2017.

Arlen Santiago

Deputado Estadual

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.321/2017

Declara de utilidade pública a Associação Casa Azul Acolhimento Só Por Hoje com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa Azul Acolhimento Só Por Hoje com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de maio de 2017.

Deputado Antônio Jorge – PPS

Justificação: A associação tem por finalidade a promoção da pessoa humana, através da prestação de serviços gratuito, permanente, em projetos, programas, benefícios e serviços nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, recreação, e preservação do meio ambiente.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.323/2017

Proíbe o uso de músicas com palavras de baixo calão e letras que estimulem a prática de crime, apologia ao sexo ou uso de drogas nas instituições públicas de ensino do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica proibido o uso, apresentação ou reprodução de músicas com palavras de baixo calão e letras que estimulem a prática de crime, apologia ao sexo ou uso de drogas nas instituições públicas de ensino do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará a interrupção imediata do evento.

Parágrafo único – A direção da escola será responsável pela fiscalização do disposto nesta Lei.

Art. 3º – Os responsáveis pelo evento, caso sejam servidores públicos estaduais, deverão ser responsabilizados, nos termos do estatuto dos servidores Públicos Civis do Estado de Minas Gerais.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de maio de 2017.

Deputado Fábio Avelar Oliveira – PT DO B

Justificação: Considerando escola uma das principais formadoras do caráter, dos valores e personalidade e conduta dos Jovens, este projeto visa proibir o uso, apresentação ou reprodução de músicas com palavras de baixo calão e letras que estimulem a prática de crime, apologia ao sexo ou uso de drogas nessas instituições.

O que se pretende é preservar a finalidade da escola como veículo de formação e educação das nossas crianças, jovens e adolescentes, afastando-os da influência de composições que possam interferir negativamente em seu comportamento.

Em face do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 7.195/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Estado de Minas Gerais em Belo Horizonte pedido de providências para liberação de recursos ao município de Itambé do Mato Dentro, com o objetivo de serem asfaltadas as vias urbanas.

Sala das Reuniões, 2 de maio de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos – PTC

Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTO Nº 7.196/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Estado de Minas Gerais em Belo Horizonte pedido de providências para liberação de recursos ao município de São Sebastião do Rio Preto, com o objetivo de serem asfaltadas as vias urbanas.

Sala das Reuniões, 2 de maio de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos – PTC

Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTO Nº 7.197/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, "c", do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com o Santanense Futebol Clube pelos 67 (sessenta e sete) anos de sua fundação.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Presidente Fernando Luis na Rua Pedra Escura, nº 51, bairro Deschamps, Caeté-MG, CEP 34800-000.

Sala das Reuniões, 17 de maio de 2017.

Deputado João Vítor Xavier – PSDB

Justificação: O Santanense Futebol Clube foi criado em 17 de maio de 1950. O Clube mantém atividades esportivas e de cunho educacional, de forma extremamente relevante para a comunidade de Caeté. Promove, ainda, a aproximação de seus membros com os competidores, além de estimular a prática do esporte como forma de lazer, buscando, assim, a melhoria da qualidade de vida no local onde está situado. Foi cinco vezes campeão amador de Caeté e em 2013 participou da Copa Itatiaia. Por desenvolver um trabalho de alcance social incontestável, este requerimento certamente merecerá a aprovação de nossos pares.

– À Comissão de Esporte.

REQUERIMENTO Nº 7.198/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Estado de Minas Gerais em Belo Horizonte pedido de providências para liberação de recursos ao município de Passabém, com o objetivo de serem asfaltadas as vias urbanas.

Sala das Reuniões, 2 de maio de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos – PTC

Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTO Nº 7.199/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Estado de Minas Gerais em Belo Horizonte pedido de providências para liberação de recursos ao município de Confins, com o objetivo de serem asfaltadas as vias urbanas.

Sala das Reuniões, 2 de maio de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos – PTC

Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTO Nº 7.200/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Estado de Minas Gerais em Belo Horizonte pedido de providências para liberação de recursos ao município de Santa Rosa da Serra, com o objetivo de serem asfaltadas as vias urbanas.

Sala das Reuniões, 2 de maio de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos – PTC

Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTO Nº 7.201/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Estado de Minas Gerais em Belo Horizonte pedido de providências para liberação de recursos ao município de Mateus Leme, com o objetivo de serem asfaltadas as vias urbanas.

Sala das Reuniões, 2 de maio de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos – PTC

Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTO Nº 7.202/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Estado de Minas Gerais em Belo Horizonte pedido de providências para liberação de recursos ao município de Pratinha, com o objetivo de serem asfaltadas as vias urbanas.

Sala das Reuniões, 2 de maio de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos – PTC

Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTOS

Nº 7.194/2017, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento – Seplag – pedido de informações sobre o montante da dotação orçamentária do Projeto de Lei nº 4.092/2017 e sobre as ações em que o Programa de Assistência Estudantil a ser instituído pelo projeto apoiará os estudantes, principalmente os mais carentes, que precisam de moradia, livros, auxílio-alimentação, entre outras demandas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.205/2017, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para que interrompa a cobrança da tarifa de esgotamento sanitário no Município de Carmo do Rio Claro até que essa empresa termine as obras de coleta e tratamento de esgoto da integralidade do município. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 7.206/2017, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao Procon-MG pedido de providências para que intervenha no Município de Carmo do Rio Claro com a finalidade de proteger os consumidores com relação à cobrança de serviço de tratamento de esgoto pela Copasa-MG sem sua integral prestação pela empresa. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 7.207/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 16ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 23/5/2017, em Cambuquira, que resultou na apreensão de 8kg de maconha e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.208/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 42º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 22/5/2017, em Curvelo, que resultou na apreensão de 14kg de maconha e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.209/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 23/5/2017, em Juatuba, que resultou na apreensão de arma de fogo, munição, drogas e materiais automotivos e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.211/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º Batalhão de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 22/5/2017, em Contagem, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição, celulares e quantia em dinheiro e na detenção de uma pessoa; e seja

encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.212/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 24º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 22/5/2017, em Varginha, que resultou na apreensão de drogas, balança, celular e quantia em dinheiro e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.823/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 14, inciso V e § 1º, do Regimento Interno, a convocação de reunião especial para comemorar 20 anos do movimento histórico iniciado no dia 13 de junho de 1997, conhecida greve das praças da Polícia Militar de Minas Gerais de 1997.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2017.

Deputado Sargento Rodrigues (PDT) – Presidente da Comissão de Segurança Pública – e outros.

Justificação: A conhecida greve das praças da Polícia Militar de Minas Gerais de 1997 deve sempre ser lembrada por toda a Corporação, do soldado mais novo até o coronel mais antigo, para que os erros do passado não possam ser repetidos.

O principal ponto de partida daquele estopim foi uma ação judicial movida pelos delegados de polícia requerendo uma isonomia salarial com promotores de justiça. Ao final desta ação, o STF reconheceu a isonomia em relação aos defensores públicos que, na prática, determinava o pagamento de 33% de reajuste, em três parcelas, aos delegados.

Na época, o então Governador do Estado, Eduardo Azeredo, determinou o pagamento da primeira parcela de 11% para os delegados de polícia. O alto-comando da PMMG, ao tomar conhecimento, foi até o Governador e exigiu o mesmo tratamento salarial. Dessa forma, Eduardo Azeredo mandou pagar o reajuste, também, para os oficiais. Mas antes perguntou, à época, ao então Comandante-Geral da PM, Coronel Antônio Carlos dos Santos, se não haveria problema com a base da Corporação, ou seja, com as praças. O então Comandante-Geral respondeu imediatamente: “A tropa nós seguramos”.

A PMMG atravessava um dos piores momentos, no dia a dia da caserna, de condições de trabalho e em termos salariais. As praças, ao tomarem conhecimento da notícia do aumento dado somente para os oficiais, romperam um silêncio de 222 anos e ganharam as ruas da Capital mineira.

Na prática, foram duas grandes passeatas, uma no dia 13 e outra no dia 24 de junho. Foi a primeira greve de policiais militares do Brasil, que após darmos início em Minas Gerais, outros dezessete estados da federação deflagraram movimentos semelhantes.

Já se passaram vinte anos da nossa greve histórica. Quando os fatos aconteceram, muitos Coronéis disseram que a Polícia Militar havia acabado, pois nós havíamos destruído os principais pilares da Polícia Militar: a hierarquia e disciplina. Mas o tempo é sempre generoso com todos nós e, aos poucos, fomos mostrando que não éramos contrários a disciplina e hierarquia, pois esses pilares não são requisitos apenas exigidos na PM. As grandes empresas também adotam os mesmos pilares, mas com um diferencial: lá se demite sem as exigências de processo administrativo disciplinar.

De lá para cá, alcançamos inúmeros direitos que até então só pairava em nossos sonhos, como a criação do novo código de ética e disciplina, o mais moderno do Brasil, quando tive a honra em ser relator em primeiro e segundo turnos do Projeto de Lei que

deu origem a Lei 14.310 de 2002. Até hoje todas as demais unidades da federação ainda permanecem com regulamentos através de decretos que, na prática, são elaborados pelos Coronéis.

Foram seis negociações salariais até chegarmos ao patamar que chegamos hoje. Conquistamos melhorias nas promoções, definimos nossa carga horária em Lei, aperfeiçoamos nosso sistema de aposentadoria, como tantos outros direitos alcançados. Tudo isso só foi possível porque rompemos com as correntes que nos aprisionaram durante 222 anos e entendemos que sem nossa representação política, não alcançaríamos tantos avanços.

Um Coronel, em 1997, ganhava 17 vezes o salário de um Soldado. Hoje, o piso de um Coronel é 3,84 vezes o piso de um Soldado. São lições que devem permanecer para sempre, pois não há nenhum mais importante do que o outro. A polícia deve ser UNA, indivisível.

Assim, por todo exposto, conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso IV do art. 173, c/c o inciso I do art. 184, do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO Nº 7.203/2017

Da Comissão de Desenvolvimento Econômico em que requer seja formulada manifestação de pesar à Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais – Fecitur – pelo falecimento da Sra. Daly Batista Coelho, que muito contribuiu para o desenvolvimento do turismo no Estado.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Educação e de Saúde e do deputado Bosco.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Designação de Comissões

– A designação dos membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2017, do governador do Estado, foi publicada na edição anterior.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que, com a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.488/2015, do deputado Gil Pereira, o Projeto de Lei nº 3.893/2016, do deputado João Magalhães, passa a tramitar, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 23. Assim sendo, a presidência, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno, encaminha o Projeto de Lei nº 3.893/2016 às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente para parecer.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões

de Educação – aprovação, na 7ª Reunião Ordinária, em 23/5/2017, do Requerimento nº 7.107/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva;

e de Saúde – aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 24/5/2017, dos Requerimentos nºs 6.936, 6.939, 6.941, 6.945, 6.947, 6.949, 6.973 e 6.974/2017, da Comissão de Meio Ambiente, 7.035/2017, do deputado Emidinho Madeira, 7.040/2017, da deputada Rosângela Reis, e 7.044/2017, do deputado Noraldino Júnior (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 2.823/2017, do deputado Sargento Rodrigues e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para comemorar os 20 anos do movimento conhecido como a greve das praças da Polícia Militar de Minas Gerais de 1997.

Questão de Ordem

O deputado André Quintão – Verificando a ausência de quórum, solicito o encerramento de plano da reunião.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 25, às 10 horas, e para a especial também de amanhã, às 19h30min, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/5/2017

Às 9h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista, Bonifácio Mourão, Doutor Jean Freire, Geraldo Pimenta e Antônio Jorge, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.834/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.043 e 8.045 a 8.047/2017.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.098/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a determinação do Ministério da Saúde de criar uma fila única para cirurgias eletivas, em face do Projeto de Lei nº 2.833/2015, do deputado Doutor Jean Freire, que dispõe sobre a publicação na internet da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – e dá outras providências;

nº 8.099/2017, dos deputados Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Geraldo Pimenta e Doutor Wilson Batista, em que requerem seja realizada audiência pública em Governador Valadares para debater com as autoridades locais e a população o enfrentamento da epidemia de chikungunya no município e região.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 8.100/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater o processo de judicialização para fornecimento de medicamentos pelo Estado, com a presença do advogado-geral do Estado e do secretário de Estado de Saúde;

nº 8.101/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada visita ao secretário de Estado de Saúde, com a presença de participantes da audiência pública que debateu a importância da conscientização e da sensibilização sobre o autismo, para entregar o relatório da reunião e propor um cronograma de efetivação da política pública de saúde direcionada às pessoas com transtorno do espectro do autismo – TEA;

nº 8.102/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde e à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a contratação de psiquiatras, psicólogos e fonoaudiólogos para atuarem no Hospital Infantil João Paulo II;

nº 8.103/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que realize curso de capacitação sobre transtornos do espectro do autismo – TEA – para os profissionais da atenção primária;

nº 8.104/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas à reativação da comissão técnica para implementação da política pública de atenção à população com transtorno do espectro do autismo;

nº 8.105/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada visita ao Hospital Infantil João Paulo II com vistas a promover o fortalecimento do Centro de Referência ao Autismo;

nº 8.106/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que normalize o fornecimento do medicamento Risperidona aos pacientes que dele necessitam;

nº 8.107/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para fortalecer e ampliar o Programa Estadual de Intervenção Precoce Avançado – Pipa;

nº 8.108/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o descredenciamento do Hospital Nossa Senhora das Graças, de Sete Lagoas, do Sistema Único de Saúde;

nº 8.109/2017, da deputada Celise Laviola e dos deputados Bonifácio Mourão, Antônio Jorge, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e João Magalhães, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a necessidade de unificação do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência do Leste de Minas – Consurge – e o Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Vales – Cisvale;

nº 8.110/2017, da deputada Rosângela Reis, em que requer sejam encaminhadas ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde, que debateu a implantação do Samu no Leste de Minas;

nº 8.111/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que retome as obras do Hospital João Paulo II, com o respectivo repasse dos recursos financeiros.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária às 9h30min de hoje, 3 de maio, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2017.

Carlos Pimenta, presidente – Geraldo Pimenta – Bonifácio Mourão – Doutor Jean Freire – Antônio Jorge – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/5/2017

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista, Bonifácio Mourão, Doutor Jean Freire, Geraldo Pimenta e Antônio Jorge, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antonio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, as irregularidades nos repasses dos recursos financeiros da saúde do Estado para os municípios mineiros e a receber e votar requerimentos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Kátia de Oliveira Rocha, presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais – Federassantas –, também representando o presidente da Comissão de Direito Sanitário da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção MG – OAB-MG; Lúcia Helena Fernandes da Gama, secretária municipal de Saúde de Leopoldina; Elisângela de Mendonça Rodrigues, secretária municipal de Saúde de Itamarati; Márcia Moreira de Moraes, assessora técnica do Cosems; Juliana Silvestre Barreto Pinto, secretária municipal de Saúde de Nazareno; Kênia Silveira Carvalho, secretária adjunta de Saúde de Contagem; e os Srs. Eduardo Luiz da Silva, 1º-secretário, representando a presidente do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais; João Batista da Silva, chefe da Seção de Auditoria do Ministério da Saúde em Minas Gerais; Carlos Eduardo Ferreira, coordenador da Oncologia da Federassantas; Walter César Braga, secretário municipal de Saúde de Brasília de Minas; Ederson Alves da Silva, vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde; Jardel Martins, secretário municipal de Saúde de Belmiro Braga; Afonso Henrique Ferreira, prefeito de Belmiro Braga. A presidência concede a palavra aos deputados Bonifácio Mourão e Antônio Jorge, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte da Ordem do Dia, que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 8.122/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja protocolado no Plenário, em nome da comissão, projeto de lei que dispõe sobre as despesas com ações e serviços de saúde. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, em 4/5/2017, às 9 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2017.

Carlos Pimenta, presidente – Geraldo Pimenta – Bonifácio Mourão – Antônio Jorge – Doutor Jean Freire.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/5/2017

Às 10h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Thiago Cota, Geraldo Pimenta e Tito Torres (substituindo o deputado Dilzon Melo, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência comunica que foram ratificados pela deputada Marília Campos e pelos deputados Geraldo Pimenta e Glaycon Franco, membros da comissão, os Requerimentos de Comissão nºs 2.080/2015, 6.683 e 7.268/2016. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.825 e 6.827/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.136/2017. É

recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 8.239/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja realizada audiência pública com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria para debater a falta de regulamentação da atividade de piscicultura no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2017.

Glaycon Franco, presidente – Marília Campos – Thiago Cota.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/5/2017

Às 15h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Jorge, Léo Portela e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a rede de atenção psicossocial e as comunidades terapêuticas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cláudia Gonçalves Leite, superintendente de Integração de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, representando Patricia Magalhães Rocha, subsecretária de Políticas sobre Drogas; Ana Luíza César Viana, delegada regional da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas; Marta Elizabete de Souza, coordenadora Estadual de Saúde Mental da Secretaria de Estado de Saúde; Flávia Assumpção Diniz de Moraes, diretora de Gestão das Redes Complementares e Comunitária de Atenção da Subsecretaria Política sobre Drogas; Denise Aparecida Tavares de Faria Moraes, coordenadora de Grupos de Mútua Ajuda da Terra da Sobriedade – Núcleo Nova Lima; Neusa Silva Santos Alves, coordenadora clínica do Núcleo de Atendimento a Toxicômanos; Rosimeire Maques, superintendente da Abraço; e os Srs. Josadac Marques, coordenador do Projeto Objetivos Globais da ONU do Instituto Mãos e Vozes; Marcílio de Assis, superintendente do Centro Terapêutico Mães e Filhos; Rodrigo Alberto Costa, gestor administrativo da comunidade Terapêutica Projeto Vida Nova – Provin; Rui Faria Campos, presidente da Cada Dia; Matheus Henrique Dias, coordenador da Comunidade Terapêutica Chácara São João Paulo II da Missão Maria de Nazaré; Ronaldo Viana, consultor técnico da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas – Febrac-MG; Pastor Epifânio Santiago, superintendente de Políticas Públicas sobre Drogas da Prefeitura de Betim; João Francisco de Souza Duarte, vice-presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas de Belo Horizonte; Aloísio Andrade, presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas; Jean Carlo de Sousa Mendonça, gestor do Viva Livre Comunidade Terapêutica. A presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2017.

Antônio Jorge, presidente – Dilzon Melo – Léo Portela.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/5/2017

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e os deputados Dirceu Ribeiro, João Vítor Xavier e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Dalmo Ribeiro Silva e Rogério Correia. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.972/2016, no turno único, e 4.092/201, no 1º turno, (Celise Laviola); e Projeto de Lei nº 3.926/2016, no turno único (Dirceu Ribeiro). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.972/2016 (relatora: deputada Celise Laviola), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.871, 6.872, 6.874, 6.971, 6.997 e 7.028/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.064, 8.065, 8.076, 8.077 e 8.078/2017. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 8.173/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Irmão Dino Girardelli pelos relevantes serviços prestados à educação no Estado ao longo de 60 anos residindo no Brasil. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 8.171/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para repassar verbas federais para a Universidade Federal de Viçosa, conforme previsão orçamentária;

nº 8.172/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Montes Claros para debater o plano de carreira dos servidores da Unimontes;

nº 8.174/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações como a União de Escoteiros do Brasil em Minas Gerais pelos 100 anos de escotismo em Belo Horizonte;

nº 8.264/2017, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e João Vítor Xavier, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a continuidade e expansão do programa Poupança Jovem, bem como os atrasos nos pagamentos dos valores aos estudantes participantes do programa após a conclusão do ensino médio;

nº 8.265/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e às Secretarias de Estado de Educação e de Fazenda pedido de providências para viabilizar recursos para a quitação dos valores atrasados referentes aos anos de 2014 a 2016 do programa Poupança Jovem aos participantes do Município de Pouso Alegre, bem como dos demais municípios com adesão ao programa.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2017.

Celise Laviola, presidente – Ione Pinheiro – Thiago Cota – João Vítor Xavier.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/5/2017

Às 9h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista, Bonifácio Mourão, Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Arlen Santiago e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, ouvir a apresentação do relatório detalhado de informações pelo gestor do Sistema Único de Saúde – SUS – no Estado, em cumprimento ao art. 36, § 5º, da Lei Complementar nº 141, de 2012, que dispõe sobre as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde. A presidência informa a designação do deputado Geraldo Pimenta como relator da visita realizada em Contagem, dia 9/5/2017, à Maternidade e ao Hospital Municipal. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.226 a 8.233/2017. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.280/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater as medidas do Poder Judiciário diante do aumento da judicialização na saúde;

nº 8.281/2017, do deputado Anselmo José Domingos, em que requer seja realizada visita à unidade da Fundação Hemominas no Hospital Júlia Kubitschek, no Barreiro, para fortalecer a presença da Hemominas na região;

nº 8.282/2017, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado voto de congratulações com o Sr. Eduardo Luiz da Silva, presidente eleito do Cosems-MG para o biênio 2017-2018, colocando a Comissão de Saúde à disposição do órgão para debater as políticas públicas de saúde e o fortalecimento do SUS no Estado;

nº 8.283/2017, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para não permitir o encerramento do programa Telesaúde, celebrado com a UFMG, tendo em vista os benefícios que tem trazido para o povo mineiro, principalmente para os que residem no interior do Estado.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Adriana de Araújo Ramos, subsecretária de Inovação e Logística da Secretaria de Estado de Saúde, representando o secretário de Estado de Saúde; Júnia Guimarães Mourão Cioffi, presidente da Fundação Hemominas; Poliana Cardoso Lopes, assessora de Planejamento da Secretaria de Estado de Saúde; Kelly Nogueira Guerra, diretora de Atuação Estratégica da Fundação Hemominas; Karina Nicoli Ribeiro Andrade, assessora da Diretoria de Planejamento da Fhemig; Maria Aparecida Veloso, diretora da Escola de Saúde Pública; Rosângela Tatiana da Silva, diretora de Planejamento da Escola de Saúde Pública; e o Sr. Leandro Corrêa Passos, chefe do Departamento de Qualidade da Fundação Ezequiel Dias – Funed. O presidente, coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos demais coautores e convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2017.

Carlos Pimenta, presidente – Geraldo Pimenta – Antônio Jorge.

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/5/2017**

Às 10h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Isauro Calais, Roberto Andrade, Gustavo Corrêa e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Arlen Santiago. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do autor do Projeto de Lei nº 3.475/2016, encaminhando documentos necessários à sua tramitação, em atenção a pedido de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos ao respectivo projeto. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Henrique Braga, presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte (9/5/2017); Guilherme Nasser Silvério, vereador da Câmara Municipal de João Monlevade (11/5/2017); e Mario José Portes, presidente da Câmara Municipal de Oliveira Fortes (16/5/2017). A reunião é encerrada por falta de quórum.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2017.

Hely Tarquínio, presidente – Luiz Humberto Carneiro – Bonifácio Mourão – Isauro Calais – Paulo Guedes.

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/5/2017**

Às 10h35min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Glaycon Franco e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado André Quintão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater o Projeto de Lei nº 1.488/2015, que altera a Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Denise Marília Bruschi, gerente de Resíduos Sólidos Urbanos da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam; Márcia Alves Kopke, representante da divisão de Meio Ambiente Socioeconômico e Cultural de Furnas Centrais Elétricas S.A.; e Gina Rizpah Bezen, pesquisadora do Observatório de Política Nacional de Resíduos Sólidos; e os Srs. Renato Teixeira Brandão, diretor de Gestão de Resíduos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando o secretário dessa pasta; Paulo Piau Nogueira, prefeito de Uberaba; Nelson de Araújo Santos, gerente de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica de Furnas Centrais Elétricas S.A., representando o superintendente de Desenvolvimento de Novos Negócios de Furnas Centrais Elétricas S.A – Rio de Janeiro; José Cláudio Junqueira Ribeiro, professor do mestrado em direito ambiental da Escola Superior Dom Helder Câmara; Luciano Infiesta, diretor técnico da Carbogás; Emerson Ribeiro Lessa, engenheiro sanitário do Insea; Francisco de Paula Antunes Lima, professor da UFMG; e Gilberto Chagas, catador mobilizador do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e, a seguir, passa a palavra para a deputada Marília Campos e para os deputados Thiago Cota e André Quintão. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Retira-se do recinto o deputado Thiago Cota. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença dos deputados Tadeu Martins Leite e Geraldo Pimenta. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2017.

Glaycon Franco, presidente – Marília Campos – Geraldo Pimenta.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/5/2017

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Carlos Pimenta e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a, em audiência de convidados, discutir as políticas públicas da área cultural e as perspectivas de trabalho conjunto dos órgãos governamentais responsáveis. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.937/2016, em turno único (Bosco), 3.932/2016, em turno único (Carlos Pimenta), e 733/2015, em turno único (Glaycon Franco). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.998 e 7.003/2017. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Célia Maria Corsino, superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan –, também representando a presidente; Michele Abreu Arroyo, presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha; e Maria Magdalena Rodrigues da Silva, presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais – Sated; e os Srs. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, secretário de Estado de Cultura; João Batista Miguel, secretário adjunto de Cultura; e Aníbal Henrique de Oliveira Macedo, chefe da representação regional do Ministério da Cultura em Minas Gerais. O presidente, deputado Bosco, e os deputados Carlos Pimenta e Glaycon Franco, autores do requerimento que deu origem ao debate, fazem uso da palavra para suas considerações iniciais. Logo após, o presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.291/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita ao Casarão, no Município de Esmeraldas, para verificar as condições de infraestrutura e os investimentos necessários para a sua preservação;

nº 8.292/2017, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado à presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de informações sobre o Complexo Hidrotermal e Hoteleiro do Barreiro, em Araxá, a fim de esclarecer se o Hotel Colombo integra o referido conjunto paisagístico tombado pelo instituto;

nº 8.293/2017, do deputado Douglas Melo, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Dalton Soares Silva, prefeito de Pirapama, pela realização da 25ª Festa do Trabalhador;

nº 8.294/2017, do deputado Bosco, em que requer seja realizada visita ao ministro da Cultura, para a qual seja convidado o Secretário de Estado de Cultura, para estabelecer uma agenda de trabalho em Minas Gerais, de forma articulada, e fortalecer os investimentos federais no Estado;

nº 8.295/2017, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao ministro de Estado da Cultura pedido de providências para incluir todos os municípios mineiros da área da Sudene em seu escopo ampliado, no edital dos Mestres da Cultura Popular.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2017.

Bosco, presidente – Elismar Prado – Rosângela Reis.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/5/2017

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Roberto Andrade, Fabiano Tolentino, Ivair Nogueira e Antonio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Tadeu Martins Leite e Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater o Projeto de Lei nº 3.844/2016, que institui a Política Estadual de Turismo de Minas Gerais e dá outras providências. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Érica Natália de Souza Maia, vice-presidente da Federação Circuitos Turísticos de Minas Gerais – Fecitur; Ana Cláudia Rodrigues, chefe de gabinete da Belotur; Georgeana Diniz Bittencourt, advogada da Fecomércio-MG; Milena Soares, analista de turismo da Fecomércio-MG; e os Srs. Ricardo Rocha de Faria, secretário de Estado de Turismo; Gustavo Arrais, secretário adjunto de Turismo; Rafael Almeida de Oliveira, superintendente de Políticas de Turismo da Secretaria de Estado de Turismo; Marco André Oliveira Martins Malaquias, presidente da Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais – Fecitur – Três Marias; Mário Batista da Silva Filho, diretor vice-presidente de Comunicação da Fecitur; Eduardo Henrique de Oliveira, vice-presidente diretor técnico da Fecitur; Marcos Valério Rocha, coordenador regional da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação – FBHA –, Regional Minas Gerais; Marcos Boffa, diretor de planejamento de Economia Criativa da Belotur, representando o presidente; Rodrigo Mangerotti Soares, 2º vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis em Minas Gerais – ABIH –, representando a presidente; José Eugênio de Aguiar, presidente do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais – Sindetur; José Aparecido Ribeiro, diretor da Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas; Everaldo Felipe Frangiotti, presidente do Circuito Turístico Guimarães Rosa; e Clodoaldo Antônio da Costa, gestor do Circuito Turístico Serras Verdes. A presidência concede a palavra ao deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.305/2017, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER – pedido de providências para a realização de estudo de viabilidade de instalação de terminal rodoviário junto ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, visando a facilitar o acesso por via rodoviária a destinos turísticos do Estado;

nº 8.309/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais – Fecitur – manifestação de pesar pelo falecimento da Sra. Daly Batista Coelho, que muito contribuiu para o desenvolvimento do turismo no Estado.

Registra-se a presença do deputado Noraldino Júnior. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2017.

Roberto Andrade, presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/5/2017

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater e realizar balanço sobre o golpe de Estado ocorrido em 2016, que depôs a presidenta eleita Dilma Roussef e solapou a democracia brasileira e que tem causado inúmeros retrocessos nos direitos dos trabalhadores e nos direitos sociais do povo, conquistados nos últimos anos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG; e os Srs. deputado Professor Neivaldo, secretário de Estado de Desenvolvimento

Agrário;

Juarez Rocha Guimarães, professor de Ciência Política da UFMG e membro do Conselho Curador do Memorial Nacional da Anistia; Jairo Nogueira Filho, secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG; Silvio Netto, dirigente estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Joceli Jailson José Andrioli, membro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; e Lindolfo Fernandes de Castro, presidente do Sindfisco. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2017.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/5/2017

Às 9h40min, comparece na Sala das Comissões o deputado Roberto Andrade, membro da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Gustavo Valadares, Gustavo Corrêa e Thiago Cota. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a retomada das atividades da Samarco Mineração. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Guilherme Augusto Duarte de Faria, superintendente de Política Mineral e Energética, representando o Sr. Miguel Corrêa da Silva Júnior, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Roberto Lúcio Nunes de Carvalho, diretor-presidente da Samarco Mineração S.A.; Alberto José Salum, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg –, representando o Sr. Olavo Machado Júnior, presidente dessa entidade; Luís Márcio Vianna, relações institucionais do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais – Sindiextra –, representando o Sr. José Fernando Coura, presidente desse sindicato; Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior, prefeito de Mariana; Fernando Sampaio de Castro, presidente da Câmara Municipal de Mariana; Ronaldo Alves Bento, vereador de Mariana; José Alves Parreira, prefeito de Catas Altas; Júlio Ernesto de Grammont Machado de Araújo, prefeito de Ouro Preto; Juliano Ferreira, vereador de Ouro Preto; Fabrício Petri, prefeito de Anchieta (ES); Rinaldo Mancin, diretor de Assuntos Ambientais do Instituto Brasileiro de Mineração – Ibram –, representando Walter Alvarenga, diretor-presidente desse instituto; Tássio Ernesto Franco Brunoro, presidente da Câmara Municipal de Anchieta (ES); Valter Mageste de Ornelas,

prefeito de Matipó. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do deputado Gustavo Santana. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2017.

Roberto Andrade, presidente – Ivair Nogueira – Antonio Carlos Arantes.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/4/2017

Às 10h30min, comparece na Sala das Comissões o deputado Anselmo José Domingos, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater com a Copasa-MG as adversidades e soluções para o Município de Bom Despacho. Registra-se a presença do deputado Fabiano Tolentino. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Fernando José Castro Cabral, prefeito de Bom Despacho; Vital Libério Guimarães, presidente da Câmara Municipal de Bom Despacho; João Martins de Resende, superintendente operacional Centro e Oeste da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG –, representando Sinara Inácio Meireles Chenna, diretora-presidente da referida empresa; Marcelo Chaves, diretor-geral da Faculdade UNA; e Juliano Lopes, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, passa a palavra ao deputado Fabiano Tolentino para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2017.

Fábio Cherem, presidente – Gustavo Santana – Celinho do Sinttrocel.



MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/5/2017

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 132/2015, dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos, com a Emenda nº 1; 287/2015, do deputado Arlen Santiago, com a Emenda nº 1; 320/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior, na forma do Substitutivo nº 2; 615/2015, da deputada Rosângela Reis; 698/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, na forma do Substitutivo nº 1; 797/2015, do deputado Tadeu Martins Leite, na forma do Substitutivo nº 1; 1.084/2015, do deputado Sargento Rodrigues, na forma do Substitutivo nº 1; 1.346/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., na forma do Substitutivo nº 1; 1.420/2015, do deputado Durval Ângelo, na forma do Substitutivo nº 1; 2.459/2015, do deputado Dirceu Ribeiro, na forma do Substitutivo nº 1; e 2.668/2015, do deputado Geraldo Pimenta, na forma do Substitutivo nº 1.

Em 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.094/2015, do deputado Braulio Braz, com a Emenda nº 1; 1.116/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, na forma do Substitutivo nº 2; 1.491/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.669/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, com a Emenda nº 1; 1.833/2015, do deputado Lafayette de Andrada, na forma do Substitutivo nº 1; 1.934/2015,

do deputado Elismar Prado, na forma do Substitutivo nº 1; 2.280/2015, do deputado Cabo Júlio, na forma do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 1; 2.962/2015, do deputado Douglas Melo; 3.290/2016, do deputado Nozinho, com a Emenda nº 1; 3.401/2016, do deputado Braulio Braz, com as Emendas nºs 1 e 2; 3.424/2016, do deputado Bosco, na forma do Substitutivo nº 1; 3.522/2016, do deputado Roberto Andrade, com a Emenda nº 1; 3.675/2016, do deputado Ivair Nogueira, com a Emenda nº 1; 3.794/2016, do Procurador-Geral de Justiça; 3.840/2016, do Tribunal de Justiça; 3.875/2016, do deputado André Quintão e outros, na forma do Substitutivo nº 2; e 4.322/2017, da Mesa da Assembleia.

Em 2º turno: Projetos de Lei nºs 972/2015, do deputado Gustavo Valadares, na forma do vencido em 1º turno, e 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir.

Foi mantido, em turno único, o seguinte veto do governador do Estado: Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.402.

Foi rejeitado, em turno único, o seguinte veto do governador do Estado: Veto Total à Proposição de Lei nº 23.394.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco os deputados Arnaldo Silva, Leandro Genaro, Nozinho e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 30/5/2017, às 9h30min, à Associação Mineira de Reabilitação – AMR –, em Belo Horizonte, com a finalidade de conhecer as instalações, as condições de funcionamento, bem como o trabalho filantrópico desenvolvido pela entidade em prol das pessoas com doenças neurológicas.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2017.

Duarte Bechir, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os deputados Tadeu Martins Leite, Cássio Soares, Gustavo Corrêa e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 30/5/2017, às 10h, às 14h15min e às 18h, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de discutir e votar pareceres de redação final.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2017.

Gilberto Abramo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Nos termos regimentais, convoco os deputados Mário Henrique Caixa, Carlos Henrique, Fábio Avelar Oliveira e Gustavo Corrêa, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 30/5/2017, às 16h15min, à Secretaria de Estado de Esportes, em Belo Horizonte, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse da comissão relacionados ao esporte.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2017.

Ulysses Gomes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação nº 45/2017, de Elizabeth Dias Munaier Lages para Compôr o Conselho Estadual de Educação

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Arlete Magalhães e Celise Laviola e os deputados Durval Ângelo e Coronel Piccinini, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 7/6/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único da Indicação nº 45/2017, do governador do Estado, de receber, discutir e votar proposições da comissão e de proceder à arguição pública.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2017.

Ione Pinheiro, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

EMENDA Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 2.560/2015

Dê-se ao Parágrafo único do art. 1º a seguinte redação:

"Parágrafo único: O imóvel mencionado no *caput* deste artigo destina-se à construção da Secretaria Municipal de Saúde, de prédios públicos destinados à área de saúde e ao galpão do produtor rural."

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2017.

Deputado Ivair Nogueira – PMDB – Deputado Dilzon Melo – PTB

Justificação: Esta emenda objetiva ampliar as finalidades do projeto inicial, de modo que a área do imóvel também possa ser destinada à construção do galpão do produtor rural.

Recentemente o município de Três Pontas foi selecionado pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – para celebração de convênio com vistas à construção desse espaço, razão pela qual propõe-se o compartilhamento da área.

Ademais, não se vislumbra nenhum prejuízo às outras finalidades por tratar-se de imóvel com área superior a 4 mil metros quadrados.

Por sua importância, contamos com a anuência dos pares.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.332/2016**Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do deputado Cássio Soares, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Cultural e Educacional Projeto Arte & Cultura, com sede no Município de Passos.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Cultural e Educacional Projeto Arte & Cultura, com sede no Município de Passos, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a divulgação da arte e da cultura.

Na consecução desse propósito, a instituição realiza espetáculos; organiza oficinas; e desenvolve projetos relacionados à música.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol do desenvolvimento da cultura no Município de Passos, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.332/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2017.

Gláycion Franco, relator.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 24/5/2017, a seguinte comunicação:

Do deputado Bosco em que notifica o falecimento da Sra. Neusa Mendes de Andrade, ocorrido em 21/5/2017, em Belo Horizonte. (– Ciente. Oficie-se.)

**TRANSCRIÇÕES****Requerimento nº 28/2017***

Os vereadores que este subscrevem, na forma do Art. 123, § 2º, VII, do Regimento Interno, ouvido o Plenário, requerem seja encaminhada ao Senhor Presidente da República, ao Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, “Moção de Repúdio” contra a Reforma da Previdência (PEC 287/2016).

Câmara Municipal de Coronel Fabriciano, 24 de Março de 2017.

Marcos da Luz Evangelista Lima Martins

Edem Almeida Arruda

Thiago Lucas Silva Reis

Autores

Justificativa

A proposta, na verdade, acaba com a Previdência pública em nosso país. Ela eleva a idade mínima para 65 anos e exige 49 anos de contribuição ininterruptos para direito integral ao benefício. Não faz mais distinção entre homens e mulheres, trabalhador(a) rural, professor(a). Reduz a pensão por morte a meio salário mínimo e também o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que atende atualmente 4,2 milhões de pessoas com deficiência e idosos. E mais: a idade dos idosos para acessar o benefício passou de 65 para 70 anos. Esta reforma é um retrocesso. Vai gerar desemprego, miséria e caos social. O intuito é privatizar o sistema.

Por isso, merece o nosso mais veemente repúdio.

* – Transcrito nos anais em atenção ao Requerimento Ordinário nº 2.824/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, publicado no *Diário Legislativo* em 19/5/2017.

MOÇÃO Nº 01/2017*

Senhor Presidente;

O Vereador que abaixo subscreve, solicita nos termos regimentais, após manifestação favorável do Colendo Plenário, que seja enviado expediente com **MOÇÃO DE REPÚDIO** à Bancada de Deputados (as) Federais e Senadores (as) de Minas Gerais, pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC 287 / 2016), apresentada pelo presidente Michel Temer.

A PEC altera regras referentes aos benefícios da Previdência e da Assistência Social para prejudicar o (a) trabalhador (a) brasileiro (a).

1. A Previdência Social é um direito humano fundamental, garantida pela Constituição Federal de 1988, representando um direito humano fundamental, da garantia de um seguro social, necessário quando o indivíduo se encontra em situação vulnerável e desamparado, seja pela idade avançada, acidente, invalidez ou maternidade, riscos sociais cobertos pelo sistema previdenciário brasileiro;

2. Sendo assim, a Reforma da Previdência é de interesse de toda a população brasileira, sendo um dever de uma Reforma desta natureza, submeter-se a debates qualificados, com a participação de trabalhadores/as e servidores públicos de todo o território nacional, nas Casas Legislativas municipais e demais segmentos representativos da sociedade;

3. É inaceitável e temerário que a Reforma seja encampada pelo Governo Federal, apenas sob o único enfoque da crise econômica, sem as discussões necessárias acerca dos aspectos jurídicos e sociais.

4. A Reforma da Previdência, conforme a PEC 287, esta acabando com o conceito de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição e institui, tanto para servidores públicos como para os demais trabalhadores/as, unicamente a aposentadoria por idade (aos 65 anos), sem distinção para homens e mulheres e/ou categorias profissionais.

5. A Reforma da Previdência, conforme a PEC 287, propõe que, para que o cálculo do benefício se faça pela integralidade da média remuneratória, onde o trabalhador deverá comprovar 49 anos de contribuição.

6. O aumento da idade mínima para 65 anos e ainda com a possibilidade de elevação posterior, não condiz com a realidade de toda a população brasileira, restando evidentemente, um propósito para que poucos brasileiros, notadamente os que ocupam as faixas de menor renda, não possam conseguir atingir a idade e nem os direitos necessários para se aposentar;

7. A exigência de 49 anos de contribuição, necessários para se alcançar a aposentadoria integral, da mesma forma, é totalmente desprovida de razoabilidade. Essa exigência, aliada à idade mínima, fará com que o povo brasileiro viva praticamente apenas para trabalhar, sendo que, a exceção, será a obtenção da aposentadoria integral. A exigência de 49 anos de contribuição para se obter uma aposentadoria integral, em um país com elevado grau de pobreza e desemprego, um sistema único de saúde com problemas de gestão e recursos, em crise econômica forte, aumentará as desigualdades sociais;

8. O tratamento diferenciado para homens e mulheres tem justificativas históricas que não se modificaram, para a grande maioria das cidadãs brasileiras, que continuam concentrando responsabilidades pela dupla jornada como mãe e trabalhadora, com pouca inserção no mercado de trabalho, possuindo rendimentos, em geral, menores que os dos homens, dados esses totalmente desconsiderados na PEC 287/2016;

9. Outra inconsistência da Reforma é o parâmetro das regras de transição, que não apresenta justificativa adequada, ao se pautar unicamente pela idade do trabalhador/servidor (idade esta que seria de 50 anos para o homem e 45 anos para a mulher). Aqui, mais uma vez, a Reforma não se pauta pelo valor social do trabalho/tempo de contribuição, pois defere o direito a regras de transição

por um indicador que não premia o valor do trabalhador que iniciou sua vida laborativa em datas longínquas. A Constituição Federal tem, como fundamento, o valor social do trabalho, que também é tratado como direito social, fatos e direitos igualmente e totalmente desconsiderados na PEC 287/2016;

10. As constantes mudanças das regras desencadeiam uma sensação de insegurança na população, desestimulando a contribuição previdenciária pública, além de retirada dos direitos adquiridos;

11. A Reforma proposta pela PEC 287/2016, prejudica, de igual forma, o direito dos mais jovens de ingressarem no mercado de trabalho, da qual, praticamente, inviabiliza as aposentadorias.

12. Ao invés de medidas abusivamente e gravosas aos trabalhadores/as, o Governo Federal deve formular propostas de aperfeiçoamento das receitas para financiar a Seguridade Social, garantindo a devida destinação dos recursos arrecadados, combatendo os desvios e a sonegação de contribuições, recuperando a dívida ativa para recuperar os recursos da seguridade;

13. É inaceitável uma Reforma da Previdência, que viole os direitos e garantias fundamentais, e que propõe piorar as condições de vida da população brasileira, justamente em momentos essenciais, quando o desamparo requer a prestação de benefícios diversos pelos Governos.

Não queremos um país de miseráveis! Queremos vida digna para o (a) trabalhador (a) em atividade e para o (a) aposentado (a).

Por essas considerações, que solicito ao Governo Federal e ao Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), a imediata suspensão da tramitação da PEC 287/2016, a fim de que seja promovido um efetivo e qualificado debate com todos os seguimentos da sociedade brasileira, afim de que tenhamos o direito e possamos contribuir, ser ouvidos, na busca de alternativas à proposta apresentada, para evitar a retirada dos direitos adquiridos e conquistados ao longo dos tempos e de muitas lutas históricas e legislações trabalhistas.

Santo Antônio do Itambé, 03 de abril de 2017.

Girley Pereira dos Santos

Vereador – PC do B

* – Moção da Câmara Municipal de Santo Antônio do Itambé transcrita nos anais em atenção ao Requerimento Ordinário nº 2.826/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, publicada no *Diário Legislativo* em 19/5/2017.

OFÍCIO CIRCULAR Nº 2/2017*

Exmo. Sr. Deputado Estadual

DD. José Célio de Alvarenga

Assunto: Apoio Parlamentar (requer)

Itaguara, 4 de Abril de 2017.

Exmo. Sr. Deputado;

A Câmara Municipal de Itaguara, por seus Vereadores constituídos, conjuntamente com os Professores das Redes Municipal e Estadual de Ensino no Município, manifestou sua posição contra a aprovação da PEC 287 – Reforma da Previdência Social, que representará um prejuízo sem precedentes aos direitos dos trabalhadores brasileiros.

Assim, é o presente no sentido de requerer o apoio de V. Exa. às manifestações legítimas da sociedade e, sobretudo, do movimento orquestrado pelos profissionais do ensino em defesa de direitos previdenciários de todos os trabalhadores brasileiros.

Todo o Povo de Itaguara agradece desde já o apoio requerido, sabedores que são do compromisso de V. Exa. com os direitos e garantias constitucionais conquistados, compromisso este manifestado em suas plataformas eleitorais.

Na certeza do pronto engajamento, apresentamos a V. Exa. nossos votos da mais elevada estima e distinta consideração, antecipando agradecimentos desde já.

Atenciosamente,

Geraldo Aparecido Silva, Presidente – Vandeir Alevi dos Santos, Vice-Presidente – Waldeci Antônio Fernandes, Secretário – Ailton José Pinto, Vereador – Antônio Francisco do Santos, Vereador – Edilson Ferreira de Andrade, Vereador – Edir Gonçalves Costa, Vereador – José Francisco Soares, Vereador – Marcelo José de Souza, Vereador.

* – Transcrito nos anais em atenção ao Requerimento Ordinário nº 2.825/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, publicado no *Diário do Legislativo* de 19/5/2017.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 24/5/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Antonio Claudio Godinho, padrão VL-14, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Santana;

exonerando Shirley Santiago Silveira de Castro, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel;

exonerando, a partir de 10/5/2017, Valmir Batista Costa, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite;

nomeando Erli Carlini, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel;

nomeando João Paulo Murta Coimbra Ribeiro, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Santana.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 40/2017

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 68/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 7/6/2017, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de mesas.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATA

ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/5/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/5/2017, na pág. 1, na linha 11 do sumário, e na pág. 44, sob o título “Comunicações”, na linha 3, onde se lê:

“e dos deputados Leandro Genaro e Hely Tarquínio”, leia-se:

“e do deputado Leandro Genaro”.